



SENADO FEDERAL

**RECURSO Nº DE**

Senhor Presidente,

Solicitamos, nos termos do art. 58, § 2º, I, da Constituição Federal e do art. 91, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, que o PL 1915/2019, que “regula a participação de representante dos empregados na gestão da empresa, prevista no inciso XI do art. 7º da Constituição Federal, nas condições que especifica”, deliberado terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais, seja apreciado pelo Plenário do Senado Federal.

**JUSTIFICAÇÃO**

A regulamentação da participação excepcional dos empregados na gestão das empresas é um tema de elevada relevância constitucional e social, destinado a concretizar o disposto no inciso XI do art. 7º da Constituição Federal. A participação dos empregados na gestão empresarial é um instrumento que permite aos trabalhadores integrarem nas decisões da empresa por meio de conselhos, assembleias ou outras instâncias de deliberação administrativa. A Constituição, no art. 7º, inciso XI, prevê esse direito em caráter excepcional, condicionado à regulamentação por lei específica.

Por sua vez, o PL 1915/2019 busca regulamentar o exercício dessa participação, colocando-se como instrumento legal hábil a estabelecer as diretrizes e regras para que o exercício desse direito ocorra.



Nesse contexto, o Projeto de Lei nº 1.915/2019 surge como iniciativa fundamental para disciplinar essa participação, que deve estabelecer diretrizes e regras nítidas, que assegurem segurança jurídica e previsibilidade às relações entre capital e trabalho.

Cumprе destacar que, na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) nº 85, o Supremo Tribunal Federal determinou ao Congresso Nacional a regulamentação do referido dispositivo constitucional, fixando prazo de 24 meses a partir da publicação da ata do julgamento, ocorrida em 20/02/2025. Na decisão, o STF ressaltou a necessidade de equilíbrio entre os interesses de empregadores e empregados, garantindo estabilidade, segurança jurídica e previsibilidade ao setor produtivo e efetividade ao direito constitucional.

Diante desse cenário, impõe-se o reconhecimento da urgência e da importância de um amplo debate parlamentar, envolvendo todos os Senadores desta Casa. Trata-se de matéria que transcende interesses setoriais, alcançando toda a sociedade brasileira. Embora a Comissão de Assuntos Sociais detenha competência para análise inicial, é imprescindível que o tema seja apreciado pelo Plenário, assegurando a pluralidade de vozes e a legitimidade democrática do processo legislativo, o que só pode ser alcançado com a participação de todos os Senadores eleitos para o debate.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2025.

Nome do Senador	Assinatura



Nome do Senador	Assinatura



Assinado eletronicamente, por Sen. Wilder Morais e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2433332369>



Esta página foi gerada para informar os signatários do documento e não integra o documento original, que pode ser acessado por meio do QRCode

Assinam eletronicamente o documento SF252298953394, em ordem cronológica:

1. Sen. Wilder Moraes
2. Sen. Rogerio Marinho
3. Sen. Astronauta Marcos Pontes
4. Sen. Jaime Bagattoli
5. Sen. Damares Alves
6. Sen. Plínio Valério
7. Sen. Alan Rick
8. Sen. Eduardo Girão
9. Sen. Dr. Hiran
10. Sen. Tereza Cristina
11. Sen. Hamilton Mourão
12. Sen. Izalci Lucas
13. Sen. Laércio Oliveira